

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA ENEL, CAGECE E OPERADORAS DE INTERNET DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

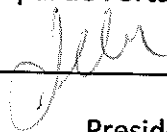
Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas e vinte e sete minutos, reuniu-se, na sede da Câmara Municipal de Fortaleza, em formato híbrido, nos termos do art. 77, § 5º, da Resolução n.º 1.670/2020, a Comissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços Ofertados pela Enel, Cagece e Operadoras de Internet. Estiveram presentes, como membros da Comissão, os srs. Vereadores Gabriel Aguiar, Jorge Pinheiro, Júlio Brizzi e Lúcio Bruno. O Presidente da Comissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços Ofertados pela Enel, Cagece e Operadoras de Internet, Vereador Lúcio Bruno, abriu a primeira reunião ordinária híbrida do primeiro período legislativo do ano de dois mil e vinte e três. Em seguida, recepcionou os convidados, para discutir a situação atual dos serviços prestados pela Cagece e debater a parceria público-privada (PPP) a ser firmada, bem como seus termos e impactos para o Município de Fortaleza. Estiveram presentes a sra. Ana Beatriz Pereira, promotora de Justiça do Ministério Público do Ceará, o sr. Pedro Ricardo Pinto, procurador do Município, o sr. João Fernando Menescal, diretor de operações da Cagece, o sr. Rogério Leite, superintendente de negócios da Cagece na Capital, o sr. Paulo Henrique Lustosa, presidente da Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFor), o sr. Samuel Dias, secretário de Infraestrutura de Fortaleza, o sr. Didi Maravilha, representando o Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (Procon Fortaleza), o sr. Airton Melo, assessor jurídico do Procon Fortaleza, e o sr. Thiago Dias, representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará (OAB - CE). O Presidente Lúcio Bruno introduziu o debate afirmando que a Comissão busca, por meio da presente reunião, obter esclarecimentos acerca de reclamações recebidas dos usuários dos serviços ofertados pela Companhia e, também, compreender a PPP a ser em breve firmada entre a Cagece e empresa privada, para a prestação do serviço de saneamento em Fortaleza. Logo após, passou a palavra para o Vereador Gabriel Aguiar, que parabenizou o Vereador Lúcio Bruno pela iniciativa de propor a formação deste colegiado, além de pontuar algumas propostas da Comissão, como o desenvolvimento de um canal de comunicação com a população para receber as demandas relacionadas à prestação de serviços essenciais. Na sequência, o Vereador Jorge Pinheiro saudou os presentes e parabenizou o Presidente pela iniciativa. Dando continuidade, apresentou, com o objetivo, segundo afirmou, de elucidar os fatos para os cidadãos que representa, algumas queixas por ele recebidas, dentre elas o recebimento de faturas com valores exorbitantes que o cliente é obrigado a pagar para evitar a suspensão do fornecimento, o tempo prolongado para religação do serviço após a interrupção e os reparos asfálticos de baixa qualidade nas vias após as intervenções de saneamento. Ato contínuo, o Vereador Lúcio Bruno reforçou que o objetivo da Comissão não é apenas o de apresentar críticas, mas, sim, facilitar o debate entre as instituições envolvidas para, assim, garantir melhorias para o cidadão. Nesse sentido, sublinhou

que o grupo de parlamentares tem, entre suas metas, o envio de questionários para representantes da população, visando conhecer melhor as demandas, e a manutenção de um canal de comunicação virtual a ser implementado no site da Câmara Municipal de Fortaleza. Posteriormente, foi dada a palavra à sra. Ana Beatriz, que demonstrou seu agrado com a criação da Comissão e com a oportunidade de diálogo entre os órgãos envolvidos, além de colocar-se à disposição para as discussões futuras. A seguir, o sr. João Fernando parabenizou a ação dos parlamentares e agradeceu o convite. O orador explanou que a PPP começou a ser desenvolvida no ano de dois mil e quinze com o objetivo de ampliar o serviço de esgotamento sanitário, tendo em vista que, segundo mencionou, o serviço de água já é praticamente universalizado em Fortaleza, ao passo que o esgotamento ainda é um desafio por seu custo elevado e sua maior complexidade. O diretor informou ainda as fases do processo de contratação que culminou com a seleção de empresa privada para a prestação desse serviço em parceria com a Cagece. Por fim, enfatizou que a Companhia vem empenhando esforços para garantir o cumprimento da meta, estabelecida pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, de noventa por cento da população com acesso a coleta e tratamento de esgoto até o ano de dois mil e trinta e três. Em seguida, o sr. Pedro Ricardo cumprimentou os presentes, parabenizou os vereadores por promoverem esse debate entre instâncias diversas e, em nome da Procuradoria-Geral do Município, colocou-se à disposição para as discussões. Dando seguimento, o sr. Paulo Henrique saudou os presentes e elogiou a Comissão pelo empenho em promover este momento de grande relevância. O presidente também apresentou o papel da ACFor como agência reguladora na fiscalização dos serviços de saneamento no Município e esclareceu alguns tópicos referentes à PPP, entre eles o fato de que a Cagece continuará participando das relações consumidor-concessionária, de forma que não haverá qualquer relacionamento entre o usuário e a empresa parceira, cabendo, assim, à contratada apenas a operacionalização do serviço, concedida mediante contrato. Destacou ainda que a ACFor tem mantido contato frequente com a Cagece e a empresa privada para harmonizar o processo. Posteriormente, o sr. Didi Maravilha trouxe uma demanda que, segundo afirmou, tem recebido com frequência de cidadãos afetados pelos cortes no fornecimento de água: a realização destes cortes nas vésperas de finais de semana ou feriados, o que impossibilita a retomada breve do serviço após o devido pagamento. Nesse mesmo contexto, o sr. Airton reforçou a questão levantada acima e externou sua preocupação com a garantia de direitos da população. Além disso, sugeriu que seja realizada a prévia comunicação dos cidadãos a serem afetados por obras necessárias para a prestação dos serviços de saneamento e que outras medidas sejam implementadas objetivando amenizar os transtornos gerados. Logo após, o sr. Samuel Dias elucidou algumas questões relacionadas ao papel da prefeitura e do governo do Estado na PPP. Também salientou a importante contribuição da parceria em agilizar a expansão do saneamento, uma vez que a empresa contratada não está sujeita às regras licitatórias e às burocracias a que se submete a Cagece. Em compensação, deixou claro que muitas obras serão realizadas concomitantemente, portanto será um desafio para a fiscalização, no que tange à garantia de viabilidade das vias, à sinalização e a outros transtornos que venham a surgir. Diante disso, afirmou que o reforço da fiscalização, através da Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis) e da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), será essencial nesse processo.

A seguir, o sr. Tiago enalteceu o trabalho da Comissão e colocou-se à disposição para contribuir com os debates vindouros. Ato contínuo, o Vereador Júlio Brizzi ressaltou a importância da PPP e da compreensão dos diversos pontos referentes à parceria pelos parlamentares para que, desta forma, possam esclarecer os questionamentos que serão levantados pelos cidadãos. Retomando a palavra, o Vereador Lúcio Bruno solicitou aos representantes da Cagece acesso ao cronograma de obras, às obrigações e às metas da PPP. Também declarou seu desejo de entender melhor o papel da ACFor no processo e questionou sobre a possibilidade de aumento da tarifa diante dos investimentos a fazer. O Vereador Gabriel Aguiar, logo em seguida, evidenciou que ainda hoje um terço da cidade de Fortaleza não tem acesso a esgotamento sanitário e relacionou a ausência de saneamento básico com impactos negativos no meio ambiente. O parlamentar externou ainda sua preocupação com uma possível elevação da tarifa e solicitou alguns esclarecimentos acerca do protocolo seguido para os cortes no fornecimento de água e sua posterior religação. Na sequência, o Vereador Jorge Pinheiro declarou esperar que a PPP não venha a onerar o consumidor final e frisou a importância de os vereadores conhecerem o cronograma das obras, as metas finais e intermediárias e como consultá-las, para que possam responder com propriedade os questionamentos da população. Ao indagar sobre a responsabilidade pelas novas obras, pela manutenção da rede já existente e pelos reparos da pavimentação a serem feitos, foi informado pelo sr. João Fernando que estarão todos sob a responsabilidade da empresa contratada. Por fim, o Vereador Jorge acentuou a necessidade de cobrar uma pavimentação de qualidade e de manter uma integração eficiente entre prefeitura e Cagece, para evitar que os reparos realizados pela prefeitura ocorram em vias que sofrerão com as intervenções. Ato contínuo, o sr. Rogério, respondendo dúvidas anteriormente expostas, explicou que há cinco anos a Cagece não realiza cortes do fornecimento de água nas sextas-feiras e nas vésperas de feriado e, ainda, que o prazo para religação quando da interrupção é contado após a entrada do pagamento no sistema, sendo de até vinte e quatro horas, mediante pagamento de uma taxa de doze reais, ou de quatro horas, com custo de vinte e três reais, nos casos de urgência. Dando continuidade, o sr. João Fernando expressou o seu compromisso em enviar aos parlamentares os cronogramas e demais informações solicitadas e também esclareceu diversas dúvidas surgidas ao longo do debate, inclusive quanto ao planejamento viário, que buscará amenizar os transtornos e dar celeridade em áreas críticas, com escolas ou hospitais, e à questão tarifária, em que afirmou haver sempre um esforço para definir a menor tarifa possível para a prestação do serviço, respeitando a modicidade tarifária. Diante de nova solicitação do Vereador Gabriel Aguiar por mais esclarecimentos acerca da tarifa a ser cobrada do usuário, o sr. Paulo, presidente da ACFor, detalhou que a modicidade tarifária está relacionada com o equilíbrio econômico do contrato, o qual é arbitrado pela agência reguladora, enquanto os reajustes são definidos pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce). Ainda nessa temática, o presidente sublinhou a necessidade de em breve discutir o modelo tarifário a ser utilizado nas cobranças. Novamente com a palavra, o Vereador Lúcio Bruno reforçou a importância da reunião, que permitirá aos parlamentares repassarem aos cidadãos as informações necessárias de forma compreensível, e o objetivo da Comissão de zelar pelos direitos do consumidor, tendo em vista que fiscalizar e autorizar reajustes não cabe a ela. Logo após, foi concedida a palavra à sra. Ana Beatriz, que

apresentou sugestão aos representantes da Cagece no sentido de enviar aos usuários mensagens de texto via celular alertando sobre a suspensão a ser realizada no fornecimento do serviço em virtude de inadimplência, haja vista que as notificações em faturas físicas muitas vezes passam despercebidas. A promotora fez ainda algumas considerações sobre a PPP e sua importância e pediu ao diretor de operações da Cagece, sr. João Fernando, que pontuasse quais municípios ou regiões seriam contemplados pelas obras nos próximos dez anos. Após o esclarecimento do diretor, a sra. Ana Beatriz reafirmou sua satisfação com toda a discussão e deixou seu agradecimento pelo convite recebido. Por fim, o Vereador Lúcio Bruno agradeceu a presença de todos e reforçou que diversos outros debates nesses moldes serão travados para analisar outras prestações de serviços. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente levantou a presente reunião, informando antes que a próxima Ordem do Dia será o que ocorrer. A reunião foi levantada às dezessete horas e seis minutos.

Câmara Municipal de Fortaleza, 11 de abril de 2023.



Presidente

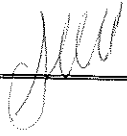





**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**
Coordenadoria das Comissões Técnicas

**COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFERTADOS PELA ENEL, CAGECE E
OPERADORAS DE INTERNET**

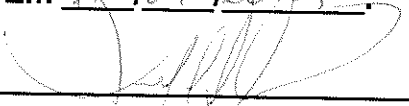
FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2023/2024

REUNIÃO DO DIA 11 ABRIL 2023.

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LÚCIO BRUNO PRESIDENTE	PDT	
ADAIL JÚNIOR VICE-PRESIDENTE	PDT	
JÚLIO BRIZZI MEMBRO	PDT	
CLÁUDIA GOMES MEMBRO	PSDB	
TIA FRANCISCA MEMBRO	PL	
JORGE PINHEIRO MEMBRO	PSDB	
GABRIEL AGUIAR MEMBRO	PSOL	

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 11/04/2023.



Kalil Quirino
Coord. da Comissões Técnicas